

Os parâmetros dos sistemas partidários

Este artigo trata do problema da variação nos sistemas partidários¹. Procuramos identificar os parâmetros relevantes que possam ser utilizados na definição de um sistema partidário e na explicação da mudança em um sistema partidário. Argumentamos que os sistemas partidários são mais bem entendidos como fenômenos multidimensionais, e identificamos e discutimos as implicações de três tipos de divisão – vertical, horizontal e funcional.

Está evidente na literatura que, apesar do crescente ceticismo envolvendo seu papel e importância [*standing*] nas democracias contemporâneas, os partidos políticos continuam a atrair substancial atenção acadêmica. Isso é verdadeiro tanto no plano teórico, com diversas contribuições importantes publicadas no passado (p. ex. GUNTHER, RAMÓN MONTERO e LINZ, 2002; LUTHER e MÜLLER-ROMMEL, 2002), como no plano empírico e analítico (p. ex. DALTON e WATTENBERG, 2000; DIAMOND e GUNTHER, 2001; WEBB, FARREL e HOLLIDAY, 2002). Na última década, ou pouco mais, também se pôde ver a publicação de diversos estudos especializados importantes no campo dos partidos políticos; por exemplo, sobre participação partidária (SCARROW, 1996), sobre finanças partidárias (CASAS-ZAMORA,

¹ Do original "The parameters of party systems", publicado na *Party Politics* (vol. 14, nº 2, 2008), Copyright SAGE Publications. Traduzido por André Villalobos.

Este artigo foi beneficiado por diversas discussões com muitos colegas diferentes e, mais recentemente, pelos esmerados comentários de dois pareceristas deste periódico. Uma antiga versão muito inicial deste artigo foi apresentada em um seminário no Nuffield College, em Oxford, a convite do falecido Vincent Wright, cuja perda ainda é sentida.

2005), sobre políticas partidárias (BUDGE *et al.*, 2001), sobre a crescente importância dos partidos na arena europeia (MARKS e STEENBERGEN, 2004), assim como sobre o estado da arte nos estudos sobre os partidos políticos de forma mais geral (KATZ e CROTTY, 2006). O interesse acadêmico viu-se também estimulado pela criação de *Party Politics*, um periódico bem-sucedido que começou a ser publicado em 1995.

Contudo, embora *Party Politics*, assim como um grande número dos estudos teóricos mais recentes, também lide com a questão dos *sistemas* partidários, é notável o quão pouco progresso se alcançou em nossa compreensão do elemento sistêmico nos últimos 20 ou 30 anos. Com efeito, apesar dos numerosos estudos centrados principalmente na transformação do sistema partidário, o interesse teórico em sistemas partidários mostrou-se limitado, sem quase nenhuma inovação substancial desde a publicação da obra clássica de Sartori, em 1976 (WOLINETZ, 2006). Do lado empírico, houve naturalmente considerável expansão do interesse, quando nada como resultado de três processos específicos que tiveram grande impacto sobre os partidos e os sistemas partidários em diversas regiões do mundo. O primeiro destes é o processo de *alinhamento* que se seguiu à onda de transições e consolidações democráticas, do final do século XX, em recentes e novas democracias, seja na Europa meridional (MORLINO, 1998), na Europa pós-comunista (GRZYMALA-BUSSE, 2002), na América Latina (MAINWARING e SCULLY, 1995), na Ásia (SACHSENROEDER e FRINGS, 1998), ou na África (SALIH, 2003). O segundo é o processo de *desalinhamento* nas democracias estabelecidas, frequentemente marcado por níveis cambiantes de volatilidade e comparecimento eleitoral, bem como pela erosão do empenho e engajamento nos partidos políticos convencionais (DALTON e WATTENBERG, 2000). O terceiro processo diz respeito à experiência mais limitada do possível *realinhamento* em democracias estabelecidas, muitas vezes seguindo-se a descontinuidades institucionais específicas (como nos casos da Bélgica, Israel, Itália, Japão e Nova Zelândia, por exemplo).

Embora o enorme volume da literatura derivada desses complexos processos ofereça um amplo testemunho da renovada atenção dedicada aos partidos e, pelo menos no plano empírico, aos sistemas partidários, é intrigante que a reflexão teórica sobre sistemas partidários tenha permanecido tão limitada. Isso, juntamente com a nova riqueza de observações muitas vezes não-sistemáticas, serviu para dar destaque a três importantes problemas na

literatura. Em primeiro lugar, é cada vez mais evidente que diferentes tipos de partidos estão sendo muito mais observados do que o foram no passado e, o que é mais importante, o interesse acadêmico recente tem focalizado, numa extensão sem precedentes, a formação, consolidação e mudança partidária. Isso implica a necessidade de reconsideração dos conceitos que definem um partido e seus atributos, assim como aqueles que definem suas relações com outros partidos. Se há diferentes tipos de partidos, então é também provável que haja diferentes tipos de relações entre partidos. Em segundo lugar, o fato de tanto interesse acadêmico estar centrado em democracias emergentes ou em transformação serve como um útil lembrete da insistência de Harry Eckstein (1968) sobre a importância de entender os sistemas partidários para entender adequadamente os partidos – e não apenas o inverso. Isso, argumenta ele, não somente porque os sistemas partidários não são “em nenhum sentido (...) meramente uma soma de suas partes”, mas também porque os fatores conformadores dos sistemas partidários (tais como as leis eleitorais nas novas democracias) às vezes existem antes de os próprios partidos se consolidarem como organizações. O terceiro problema é que as mudanças atualmente observadas nos sistemas partidários mostram-se muitas vezes de difícil explicação ou análise no interior do conhecido arcabouço proposto por Sartori. Ou seja, embora saibamos como classificar sistemas partidários, nem sempre sabemos como explicar, e em alguns casos nem mesmo identificar, ocorrências de mudança em sistemas partidários (MAIR, 2006). Um dos problemas, neste caso, é que as descrições de mudança que observamos em sistemas partidários limitam-se muitas vezes a discussões de mudanças nos partidos individuais componentes desses sistemas, ao passo que as explicações da mudança frequentemente se baseiam na discussão de regras e padrões de competição na arena eleitoral, sem oferecer a adequada consideração à complexidade que deriva de outras arenas (LUTHER, 1989).

Embora este breve artigo toque nesses três temas, nosso interesse principal encontra-se em dirigir o foco para esse último problema e em identificar os parâmetros relevantes que possam ser utilizados na definição de sistemas partidários, bem como, possivelmente, na explicação da mudança em sistemas partidários. Fazêmo-lo tratando, primeiramente, do problema da definição e dos parâmetros de um sistema partidário, tomando como ponto de partida a abordagem de Sartori (1976), e discutindo em seguida as características definidoras mínimas de um sistema de partidos (por oposição a um conjunto

de partidos). Finalmente, argumentamos que os sistemas partidários são mais bem entendidos como fenômenos multidimensionais, prosseguindo com a identificação e discussão das implicações de três tipos de divisão no sistema partidário – a vertical, a horizontal e a funcional.

Definindo sistemas partidários

Em seu clássico estudo, Sartori (1976, p. 119) observou que “Atualmente, as classificações e tipologias dos sistemas partidários são uma plethora e ‘a confusão e profusão de termos parece ser a regra’”. Citando Macridis (1967), Sartori substancia sua observação sobre a “plethora”, bem como sua observação anterior de que “quase todo autor vem com seu próprio esquema”, referindo-se à própria classificação de Macridis (1967, p. 22), assim como às de Blondel (1968), LaPalombara e Weiner (1966, p. 34 e 36), e Jupp (1968, cap. 1). A estes, poder-se-iam acrescentar as também conhecidas classificações de Duverger (1954), de Rokkan (1968) e, ainda que indiretamente, de Dahl (1966). Naturalmente, também deve ser acrescentado a esta lista o próprio Sartori (1976, p. 119-216), que desenvolveu sua própria tipologia de sistemas partidários, especialmente considerando-se que sua abordagem permanece a mais abrangente e também a mais persuasiva tentativa de tornar compreensível a comparação de sistemas partidários.

A obra de Sartori a esse respeito se destaca em dois aspectos importantes. Em primeiro lugar, ela parece haver posto fim à plethora, o que talvez não seja de surpreender, dada a autoridade com que desenvolveu sua abordagem. O que é surpreendente, entretanto, pelo menos em retrospecto, é que grande parte dessa agitação com respeito à classificação dos sistemas partidários parece ter sido em grande medida uma característica da década de 1960. Com efeito, à parte a própria obra de Sartori, que constituiu uma elaboração sobre um arcabouço inicialmente proposto por ele próprio nos anos 1960 (SARTORI, 1966; 1970), e de uma algo tímida proposta de Smith (1979) para uma nova tipologia, assim como de uma abordagem posterior baseada em padrões diferenciais de alternância no governo (MAIR, 1996), realmente não houve na literatura nada que houvesse sido acrescentado, nos últimos 40 anos, a essa linha particular de investigação (ver a avaliação de WOLINETZ, 2006). Em outras palavras, embora ainda prevaleça “uma confusão e profusão de termos”, ela é vista seja como não tendo importância, seja como oferecendo uma desculpa para fugir inteiramente à espinhosa questão de como classificar.

Em segundo lugar, apesar de sua ambição e da maneira abrangente em que incorpora a sua análise uma variedade de casos e exemplos diferentes, o trabalho de Sartori destaca-se pela notavelmente escassa atenção dedicada à discussão da noção de um sistema partidário como tal. De fato, a valiosa e muito citada definição de Sartori (ver a seguir) é algo sobre o que o autor passa por cima quase furtivamente em seu livro, estando incrustada um tanto desconfortavelmente dentro de uma discussão mais longa sobre os partidos como atores (“o partido como um todo” [SARTORI, 1976, p. 39-55] e “o sistema partidário-estatal” [SARTORI, 1976, p. 42-47]). Em outras palavras, Sartori está menos interessado em explorar como se especificam as propriedades de um sistema partidário como tal – e consequentemente as propriedades que seriam compartilhadas por *todos* os sistemas partidários – e mais propriamente interessado em explicar como os diferentes sistemas partidários podem ser distinguidos entre si, tema que domina a maior parte de seu livro (SARTORI, 1976, p. 119-323).

Em parte, as preocupações de Sartori naturalmente refletiram a tendência geral da época. Com efeito, voltando-se à leitura de sua alentada discussão sobre “o partido como um todo”, assim como à perceptiva discussão anterior desenvolvida por Smith (1966), é impressionante observar o quanto de atenção ambos os autores dedicam à necessidade de distinguir os “sistemas” de partido único dos sistemas partidários competitivos ou pluralísticos, bem como a ênfase que ambos atribuem à importância de aplicar termos analíticos diferentes a cada uma dessas distintas variantes. Em outras palavras, nem Smith nem Sartori estavam particularmente preocupados em lidar com a questão de como e quando uma pluralidade de partidos pode ser definida como um “sistema partidário” como tal, que é a questão principal tratada neste artigo. Em retrospecto, esta pode parecer naturalmente uma objeção óbvia. Contudo, no contexto da literatura do final dos anos 1960 – crescentemente inundada pela linguagem conceitual do estrutural-funcionalismo e pela busca de equivalência entre uma ampla variedade de diferentes sistemas políticos [*politics*] –, tratava-se de um argumento que necessariamente precisava ser desenvolvido, e de maneira um tanto minuciosa.

O problema dessa abordagem, entretanto, foi que, ao enfatizar a necessidade de uma fronteira mais nítida entre sistemas políticos de partido único, de um lado, e sistemas políticos com uma pluralidade de partidos, de outro, ou entre não-democracias e democracias, ensejou uma tendência

a subestimar a importância de contrastes cruciais no interior desta última categoria. Sejam cuidadosos aqui, pois em certo nível isto, obviamente, não é verdadeiro. De fato, como se observou anteriormente, foi precisamente a literatura dos anos 1960 a mais sensibilizada pela necessidade de distinguir entre si as classes ou tipos de sistema partidário. Em outro nível, todavia – e aqui chegamos ao principal ponto de partida do presente artigo –, essa literatura foi geralmente caracterizada por uma importante pressuposição: a de que a existência de uma pluralidade de partidos implica necessariamente que haja interações entre (pelo menos alguns desses) partidos, existindo, por isso, um *sistema* partidário como tal. Por outro lado, uma ausência de interações – ou daquilo que Sartori, talvez com mais exatidão, refere como competição (SARTORI, 1976, p. 217-243) – só pode, por conseguinte, ser associada com a efetiva ausência de pluralidade partidária, isto é, com o caso dos Estados de partido único ou de partido hegemônico. A noção de que uma genuína pluralidade de partidos poderia ser também associada a uma ausência de interações padronizadas entre os partidos, e com a ausência de um sistema partidário como tal, nunca foi adequadamente considerada.

O problema fundamental, neste caso, é que a expressão “sistema partidário” é utilizada de maneiras diferentes, a mais comum das quais é uma expressão bastante familiar que objetiva simplesmente designar o conjunto de partidos existente num dado sistema político. Em outras palavras, quando falamos de um sistema partidário, frequentemente essa expressão é simplesmente uma maneira sucinta de referir uma pluralidade de partidos. Essa familiaridade, inevitavelmente, faz com que essa expressão seja empregada sem maior rigor e, por conseguinte, não seja vista como tendo uma ligação com os diferentes elementos que possam estruturar as mútuas relações e interações entre os partidos envolvidos. A expressão muitas vezes tampouco é associada com a identificação daqueles fatores que podem servir para impor restrições/limites [*constrain*] ao comportamento partidário e que, portanto, podem determinar algumas características gerais das interações partidárias no interior de um sistema político, as quais, por sua vez, podem ser elas próprias condicionadas ou influenciadas por outros (sub) sistemas.

Em um mundo ideal, deveríamos poder pensar em um sistema partidário como algo fechado em si mesmo, com limites claramente identificáveis, e apenas nesse caso estaríamos em posição de identificar aquelas propriedades

estruturais que dizem respeito ao sistema partidário como tal. Na prática, entretanto, e em quase todos os tratamentos convencionais do assunto, isso não ocorre. Com efeito, o sistema partidário e outros subsistemas, incluindo o sistema político como um todo, são muitas vezes confundidos uns com os outros pela literatura, de tal forma que algumas vezes encontramos o sistema político como um todo definido com base nas características dominantes do sistema partidário, e vice-versa (ver também WIATR, 1990)².

Por conseguinte, se quisermos identificar mais precisamente os parâmetros de um sistema partidário, precisamos atentar para pelo menos três linhas distintas de investigação. Em primeiro lugar, obviamente, precisamos distinguir entre os conjuntos de partidos que compõem sistemas propriamente ditos e os que seriam mais bem compreendidos como atores mais ou menos autônomos entre si, que simplesmente compartilham um cenário político comum. Em segundo lugar, precisamos explorar até que ponto qualquer sistema político [*polity*] dado pode ser associado a um sistema de um único partido, por um lado, ou à existência concorrente de uma pluralidade de diferentes sistemas partidários, por outro, sejam estes definidos por limites territoriais, divisões funcionais, ou o que quer que seja. Finalmente, e como decorrência dessas investigações, precisamos determinar o que faz e o que não faz parte do sistema partidário, e explorar onde e sob que condições o sistema partidário se entrelaça com, ou permanece distinto de, outros subsistemas no interior do sistema político. Isso também deveria permitir-nos identificar os tipos de questões que podem ser respondidas quando se analisam sistemas partidários e, ao mesmo tempo, as classes de questões que não podem ser respondidas quando se analisam sejam os próprios partidos individuais, sejam os sistemas de governo mais amplamente considerados.

² Algumas vezes, um obscurecimento das fronteiras entre a definição do sistema partidário e a do sistema político pode ser encontrado em duas das tentativas mais pioneiras de classificar sistemas políticos, as de Almond (1956) e de Lijphart (1968). Lijphart é mais explícito a esse respeito, como se observa no fato de uma das “tipologias de sistemas democráticos” que ele se propõe avaliar ser identificada simplesmente como o [sistema] “bipartidário versus [sistema] multipartidário” (LIJPHART, 1968, p. 6). E embora Almond seja cuidadoso em enfatizar que “as distinções, comumente utilizadas, entre sistemas de partido único, de dois partidos, e multipartidários, simplesmente não levam a lugar algum no que diz respeito a distinguir os sistemas políticos autoritário, anglo-americano e europeu continental” (ALMOND, 1956, p. 397), seu delineamento subsequente das diferenças entre os sistemas anglo-americano e europeu continental, não obstante, muito deve às diferenças de padrão de seus partidos políticos.

Conjuntos de partidos e sistemas de partidos

Posto que a própria noção de sistema partidário implica necessariamente a existência de uma pluralidade de partidos (SARTORI, 1876, p. 42-47; SMITH, 1966), disso se segue que há duas maneiras distintas por meio das quais tais sistemas podem ser abordados (ECKSTEIN, 1968). Uma delas, que pode ser também ligada às classificações numéricas tradicionais, vê os sistemas partidários como pouco mais que “conjuntos de partidos” em que os partidos individuais competem entre si e podem ser justapostos uns aos outros. Descrever um sistema partidário nesses termos exige, portanto, pouco mais que uma descrição das partes individuais que o compõem, considerando-se irrelevante ou secundário o inter-relacionamento dessas partes. Nessa abordagem, o que importa é acima de tudo a contagem de partidos, de tal modo que, em havendo dois partidos, ou primordialmente dois partidos, podemos falar de um sistema bipartidário; em havendo três partidos, de um sistema tripartidário, e assim por diante, sendo a única restrição o fato de que raramente se tem considerado valer a pena contar além de três ou quatro. Assim, na prática, tais categorias tenderam a ser limitadas às variantes “bipartidária”, por um lado, e “multipartidária [mais que dois partidos]”, por outro (DAALDER, 1983).

A segunda abordagem deve mais ao arcabouço desenvolvido por Sartori (1976), e está menos claramente preocupada com o número de partidos enquanto tal, importando-se mais com seus padrões de interação. Esta é também a abordagem com que mais simpatizamos e que serve como nosso ponto de partida. Com efeito, esta é óbvia e deliberadamente uma abordagem muito mais *sistêmica*, baseando-se em uma lógica e um entendimento que ultrapassa claramente a simples soma das partes envolvidas. Como Sartori enfatizou cuidadosamente:

O conceito de sistema não tem sentido – para fins da pesquisa científica – a menos que (i) o sistema apresente propriedades que não pertençam a uma consideração separada de seus elementos componentes e (ii) o sistema resulte de, e consista em, interações padronizadas de suas partes componentes, implicando, portanto, que tais interações proporcionam os limites, ou pelo menos o caráter delimitado [*boundedness*] do sistema (...). Os partidos constituem um “sistema”, então, apenas quando são partes (no plural); e um sistema partidário é precisamente o *sistema de interações* resultante da competição interpartidária (SARTORI, 1976, p. 43-44).

Na abordagem do tipo conjunto de partidos, estes últimos *são* o sistema, de tal modo que, por exemplo, a existência e sobrevivência do sistema bipartidário britânico são vistas como mais ou menos a mesma coisa que a existência e sobrevivência dos dois distintos partidos britânicos: o Conservador e o trabalhista, no período contemporâneo. Por contraste, na segunda abordagem, mais sistêmica, o sistema como tal possui seu próprio *status* independente, de tal modo que, novamente no caso britânico, se pode mesmo afirmar que é a completa implantação do “sistema bipartidário” que facilita a sobrevivência dos dois partidos específicos no longo prazo. Outra maneira de dizê-lo é afirmar que a abordagem sistêmica vai mais além da abordagem do conjunto de partidos ao reconhecer a existência de *limitações* [*constraints*] ou *oportunidades sistêmicas*. Por exemplo, e seguindo essa lógica, faria pouco sentido tentar explicar a dinâmica do que Sartori (1976, p. 131-145) define como um sistema de pluralismo polarizado procurando, ao mesmo tempo, permanecer no nível dos partidos individuais. Ao contrário, são também os partidos individuais – seu posicionamento, suas estratégias e as limitações por eles experimentadas – que são explicadas pelo sistema. Em um conjunto de partidos, os partidos individuais envolvidos são vistos como mais ou menos livres para movimentar-se à vontade, limitados apenas pelas fronteiras físicas da sociedade politicamente organizada em que operam. Na abordagem sistêmica, por outro lado, os partidos são também constrangidos por suas interações com os outros partidos no sistema e, em alguns casos, como no caso muito “forte” do pluralismo polarizado, isso pode servir para limitar severamente seu espaço de manobra.

Essa distinção, entre um conjunto de partidos e um sistema de partidos, não é apenas analítica. Ela também pode ser real. Ou seja, é perfeitamente possível conceber um “sistema” de partidos que não opera como um sistema propriamente dito, faltando-lhe uma identidade sistêmica e, por conseguinte, também restrições sistêmicas. Em uma versão, nesse assim chamado sistema, os partidos podem ser tão fluídos e voláteis que não haja oportunidade para a emergência de um conjunto de interações padronizadas, razão pela qual não se desenvolve um verdadeiro sistema. Este é obviamente o caso mais provável em muitas democracias recentemente estabelecidas, por exemplo, e particularmente em alguns dos sistemas políticos da Europa pós-comunista que efetivamente iniciaram a política multipartidária a partir do zero, e onde muitos dos próprios partidos emergentes, assim como a competição entre

eles, se mostraram muito incipientes e fracamente estruturados (ver MAIR, 1997, p. 175-198; TOOLE, 2000). Essa situação é também comparável à que Sartori especificou como “pluralismo atomizado”, isto é,

uma situação em que os partidos são “rótulos”, frouxas coalizões de notáveis que frequentemente são modificadas em cada eleição e tendem a dissolver-se de uma eleição para outra (...). Esse padrão representa a fase de desenvolvimento do sistema político, que precede a sua consolidação estrutural (SARTORI, 1976, p. 284).

Em outra versão, e apesar (ou talvez mesmo por causa) da existência de partidos estáveis fortemente organizados, é muito possível não haver qualquer interação e, conseqüentemente, qualquer sistema, no sentido de que cada um dos protagonistas se encontra encerrado em sua própria comunidade política separada e auto-suficiente. Na verdade, admitir essa possibilidade é uma consequência direta da adoção de uma abordagem sistêmica, visto que, como observou Eckstein (1968, p. 436), “definir sistemas partidários como padrões de interação competitiva entre partidos implica ser concebível que sistemas políticos possam ter partidos sem ter sistemas partidários”. A ausência de um sistema partidário neste último sentido é provavelmente mais plausível em situações nas quais os próprios partidos individuais sejam particularmente fortes e profundamente enraizados e, em razão disso, situações nas quais é provável que qualquer competição seja estritamente defensiva. A análise de Stein Rokkan sobre as variações no desenvolvimento partidário nas democracias europeias também reflete o reconhecimento dessa distinção. Observa ele:

Em alguns países, as eleições tiveram o caráter de uma efetiva escolha entre equipes alternativas de governantes; em outros, serviram simplesmente para expressar lealdades segmentárias e assegurar o direito de cada segmento a *alguma* representação (...) em um gabinete de coalizão (ROKKAN, 1970, p. 93).

Em outras palavras, em alguns sistemas políticos pode haver uma pronunciada competição política, em grande medida baseada em reivindicações concorrentes aos postos de governo e, com isso, um padrão mais ou menos estável de interações, ao passo que, em outros países, é mais provável que as eleições assumam a forma de um censo, no qual os esforços de cada um dos protagonistas provavelmente ficarão restritos à mobilização defensiva de seus

próprios partidários. Portanto, nesta última situação, obviamente associada com os eleitorados extremamente segmentados ou “verticalmente” divididos [*pillarized*] das democracias consociacionais (LIJPHART, 1968; LORWIN, 1971), não se pode falar facilmente de um sistema partidário – pelo menos no plano eleitoral³. Esta última qualificação é, naturalmente, muito importante, dado que, como sugeriremos adiante, a coexistência de diferentes arenas funcionais no interior de um sistema político pode significar que, embora um sistema partidário como tal possa não existir na arena eleitoral – na qual a abordagem do conjunto de partidos ofereceria uma descrição mais adequada –, tal sistema pode não obstante existir nas arenas parlamentar ou governamental, nas quais identificar o padrão de interações entre os partidos pode mostrar-se uma chave essencial para o entendimento.

Um sistema político, diferentes sistemas partidários

Segue-se do que foi dito anteriormente que é também possível conceber situações em que ambas as noções de sistema partidário – o conjunto de partidos e o sistema de partidos – podem ser simultaneamente aplicadas, mesmo no interior de qualquer arena funcional dada. A Bélgica contemporânea, por exemplo, pode ser interpretada como não tendo um sistema de partidos no plano do sistema político nacional. As divisões linguísticas que fraturaram cada um dos protagonistas partidários tradicionais avançaram a tal ponto que agora, pelo menos em âmbito nacional, não há competição alguma entre os vários partidos flamengos e valões. Com a possível exceção dos habitantes da região “mista” de Bruxelas, nenhum eleitor belga é obrigado a, ou mesmo capaz de, escolher entre os lados opostos dessa clivagem fundamental. Em suma, não há interação eleitoral flamengo-valônica e, por conseguinte, não há um sistema partidário no plano eleitoral. Se, portanto, for o caso de falar de um sistema partidário belga, isso só pode ser feito no sentido de um conjunto de partidos. No interior de cada uma das regiões, por outro lado, e dentro de cada uma das comunidades linguísticas, preva-

³ Com isso, quero dizer que tais partidos são comunidades mais ou menos encerradas em si mesmas, que não competem entre si e que, portanto, não interagem – como um sistema – no plano eleitoral. Isso, contudo, não significa negar que o cerne da identidade de qualquer partido individual, em tal sistema político, seja pelo menos parcialmente definido pela identidade dos outros partidos nessa comunidade politicamente organizada. Os partidos são suficientemente diferentes entre si para tornar sem sentido a competição, mas a única maneira pela qual podem identificar o que os faz diferentes é a referência à identidade de seus correlatos.

lece uma forte competição, com diferentes partidos flamengos disputando entre si o apoio dos eleitores de fala neerlandesa, e com diferentes partidos valões disputando o apoio dos eleitores de fala francesa. Consequentemente, enquanto a Bélgica não parece manter *um* sistema partidário nacional, pelo menos no plano do eleitorado, ela mantém dois sistemas partidários subnacionais paralelos, um para os eleitores flamengos e outro para os eleitores valões, e no interior de cada um deles tem lugar uma competição eleitoral muito intensa (p. ex., DESCHOUWER, 2004).

Um argumento similar poderia ser desenvolvido com relação à arena eleitoral da política partidária tradicional da Irlanda do Norte. Os partidos nacionalistas – principalmente o Partido Social Democrata e Trabalhista e o *Sinn Féin* – por muito tempo competiram entre si, e podem muito bem ser vistos como tendo constituído um sistema partidário (subprovincial) “verde”. Do mesmo modo, os partidos unionistas – principalmente o Partido Unionista do Ulster e o Partido Unionista Democrático – podem muito bem ser vistos como tendo constituído um sistema partidário (subprovincial) “laranja”, muito competitivo. Mas, dado que nenhum dos lados interagiu diretamente com o outro no interior da arena eleitoral norte-irlandesa como um todo – daí a famosa observação de que “não há voto oscilante [*floating*] no que se refere à questão constitucional” (McCRACKEN *apud* ROSE, 1971, p. 218) –, eles não podiam constituir, em conjunto, um único sistema partidário norte-irlandês. Neste caso, entretanto, e em contraste com o caso belga, é interessante observar que existiu uma espécie de ponte entre esses dois sistemas subprovinciais, de tal modo que *tanto* os vários partidos unionistas *como* os vários partidos nacionalistas competiram com os partidos alternativos menores e mais seculares que procuraram “ficar em cima do muro” com relação à divisão sectária – como o Partido da Aliança Liberal e a mais recente Coalizão das Mulheres. Nesse sentido, ao invés de ver os partidos norte-irlandeses como tendo habitado dois universos inteiramente separados, imagem certamente apropriada para o caso belga, eles poderiam ser mais bem representados na forma de um diagrama de Venn, com a pequena área em comum sendo habitada pelos partidos seculares que competem em ambas as comunidades eleitorais e que, por assim dizer, refletem a interação entre dois sistemas partidários de outro modo separados (para uma indicação anterior sobre esse padrão, ver LAVER, 1975).

De modo mais geral, a capacidade de um dado sistema político manter mais do que um sistema partidário, mesmo que de tipos diferentes, pode ser relacionada a três outras divisões importantes no interior do próprio corpo político como um todo. Um primeiro tipo é constituído pelas divisões verticais associadas a sistemas políticos *pilarizados*, como o belga, ou a comunidades políticas que apresentam agudas clivagens separando dois eleitorados distintos, como na Irlanda do Norte. Um segundo tipo são as divisões horizontais que podem ser associadas com sistemas políticos fortemente descentralizados, nos quais as unidades inferiores gozam de considerável autonomia no exercício de suas prerrogativas políticas. E um terceiro tipo, constituído pelas divisões funcionais, em que as limitações ao comportamento partidário – e, por conseguinte, o padrão das interações partidárias – variam consideravelmente entre as diferentes arenas funcionais. Examinemos cada um desses fatores.

Divisões verticais

As divisões verticais são talvez as mais visíveis entre os três tipos de divisões que têm impacto sobre o sistema partidário, e elas são particularmente evidentes em sistemas políticos caracterizados pela segmentação e *pilarização* dos eleitorados. Em tais contextos, apenas determinados partidos podem competir pelo voto de partes específicas do eleitorado. As diferenças no sistema partidário são determinadas pela proeminência de uma segunda dimensão (p. ex., língua, religião, etnicidade), em acréscimo à divisão mais estandardizada entre esquerda e direita. Com efeito, a proeminência da segunda dimensão é tão elevada a ponto de cindir grupos de eleitores com posições idênticas na dimensão esquerda-direita. Como já se viu, os casos norte-irlandês e belga são bons exemplos desse processo. Mas o que também sublinham esses exemplos é que as divisões verticais são normalmente limitadas apenas à arena eleitoral⁴. Após as eleições, a competição legislativa em todas as dimensões relevantes desenvolve-se ulteriormente no interior de uma única arena parlamentar, e as interações partidárias são absorvidas em um sistema (nacional). Contudo, mesmo o caso belga pode ainda ser visto como excepcional no sentido de que, enquanto a competição pelo governo absorve todos os partidos no interior da arena legislativa nacional, a com-

⁴ Observe-se que, enquanto não havia um parlamento local na Irlanda do Norte, a arena eleitoral era a *única* que podia existir.

petição marcada pela divisão linguística é deliberadamente evitada. Assim, qualquer que seja a família ideológica que participe no governo – seja ela Liberal, Verde, Democrata-Cristã ou Socialista –, ela o faz como uma coalizão flamengo-valônica, com ambas as alas linguísticas do partido específico envolvido participando conjuntamente do poder (LIJPHART, 1999, p. 35).

Divisões horizontais

Divisões horizontais são determinadas pela existência de diversos níveis de governo (e de competição eleitoral). Isso pode ter efeitos negligenciáveis sobre o sistema partidário se um nível de governo, normalmente o nacional, for esmagadoramente mais importante que os outros. Nesse caso, todos os atores (eleitores e partidos) atribuem às eleições um significado predominantemente nacional, inclusive às eleições nos níveis não-nacionais. Estas últimas têm sido referidas como eleições de segunda ordem, para significar sua relativa falta de importância e seu caráter subordinado (REIF e SCHMITT, 1980). Em tais situações, é provável que os padrões de competição em todos os níveis sejam similares, e que os partidos tenham pouco estímulo para diversificar suas estratégias e/ou organizações nos diferentes níveis. Consequentemente, o sistema partidário se estrutura no nível dominante (nacional). Embora diferenças marginais no sistema partidário possam ocorrer e refletir-se na presença de grupos locais ou regionais particularistas em níveis subnacionais, estes são geralmente insignificantes.

Ao mesmo tempo, entretanto, a estrutura de clivagem e a relevância de questões específicas podem ser muito diferentes em diferentes níveis de governo. Isso é especialmente verdadeiro no que diz respeito a sistemas federativos ou com altos graus de autonomia regional. Tais sistemas caracterizam-se por uma clara definição de prerrogativas e competências nos diferentes níveis de governo e pela presença de unidades subfederais muitas vezes altamente diversificadas. Nesses casos, as eleições, mesmo sem serem igualmente importantes, têm sua própria importância específica em todos os níveis. As regiões ou outras unidades subfederais podem, portanto, desenvolver seus próprios e diferentes sistemas partidários; e existem duas maneiras particulares pelas quais estes podem afastar-se significativamente dos padrões observáveis no âmbito nacional ou federal. Em primeiro lugar, e mais obviamente, pode haver um ou mais atores partidários com presença muito significativa em âmbito regional ou estadual, mas que não operam

com a mesma importância no âmbito nacional, em consequência do que a configuração do sistema partidário local pode mostrar-se muito diferente da configuração do sistema partidário no sistema político como um todo. A competição partidária na província basca, na Espanha, constitui um exemplo claro dessa disjunção, o mesmo se verificando com a competição na província canadense de Quebec. Em segundo lugar, mesmo quando os partidos são ostensivamente os mesmos em âmbito local e nacional, suas estratégias [nesses âmbitos] podem diferir, de tal forma que sejam preferidos alinhamentos em coalizões alternativas e, assim, diferentes padrões de competição venham a prevalecer. Por fim, deve-se enfatizar que divisões horizontais podem também se manter no interior de arenas legislativas divididas, e que a atenção a tais divisões de sistemas partidários cresceu, especialmente nos últimos anos, como consequência da discussão sobre o possível desenvolvimento de um sistema partidário europeu e suas interações com os sistemas partidários dos vários países membros (BARDI, 2002; DESCHOUWER, 2003).

Divisões funcionais

Divisões funcionais decorrem da existência de diferentes arenas competitivas, inclusive no mesmo nível de governo. Já indicamos que os partidos competem, e algumas vezes de forma diferente, em pelo menos duas diferentes arenas: a eleitoral e a parlamentar. Em alguns casos, isso pode ter muito pouco impacto real sobre o sistema partidário como tal, e quaisquer distinções feitas com base nisso podem, na melhor das hipóteses, justificar-se antes analítica do que substantivamente. Mas em alguns sistemas políticos, diferentes arenas podem se caracterizar por regras de competição muito distintas, de forma tal que, por exemplo, as questões relevantes na arena eleitoral podem não o ser na arena parlamentar, e vice-versa. Além disso, fatores institucionais podem também ser responsáveis por criar diferentes condições de competição nas duas arenas. Em sistemas fragmentados, por exemplo, a polarização pode ser muito mais pronunciada na arena eleitoral – na qual os partidos podem assumir posições extremas com vistas a responder às expectativas do eleitorado – do que na parlamentar, em que a maior parte deles, se não todos, podem convergir para o centro do espectro político e engajar-se em práticas de busca de consenso a fim de participar das responsabilidades governamentais (ou das benesses do poder). Por essa razão, as descrições alternativas do sistema da Primeira República italiana, por exemplo, como refletindo a dinâmica de

um pluralismo “polarizado” (SARTORI, 1966) ou de um pluralismo “barganhado” (HINE, 1993), não são necessariamente incompatíveis: enquanto a polarização pode muito bem ter caracterizado as interações na arena eleitoral, as interações na arena parlamentar ostentaram muitas das características de um sistema de barganha. De modo inverso, durante os anos 1990, o sistema italiano mostrou-se muito mais polarizado e fragmentado na arena parlamentar do que na eleitoral, posto terem os partidos sentido necessidade de readquirir – através da competição eleitoral centrípeta induzida pela nova fórmula eleitoral majoritária – a visibilidade que haviam perdido.

De modo mais geral, esses contrastes aparecem também em muitos sistemas nos quais se observam diferenças entre a extensão dos partidos eleitorais, ou das listas competidoras nas eleições, e a extensão dos partidos parlamentares formados após as eleições (ou seja, diferenças no número e identidade das unidades constitutivas do sistema partidário nas duas arenas). As primeiras eleições na Polônia pós-comunista proporcionaram um exemplo muito claro dessa confusão potencial (SZCZERBIAK, 2001). Direções divergentes ou mesmo contrárias no que diz respeito à competição podem, nesse sentido, criar sistemas partidários diferentes nas duas arenas.

Essas diferenças podem ser definidas como as observáveis entre o sistema partidário eleitoral, por um lado, e o sistema partidário legislativo ou parlamentar, por outro (BARDI, 1996; LAVER, 1989). No primeiro, a relevância das questões e da estratégia partidária será determinada pelos objetivos eleitorais, ou seja, pela busca dos votos disponíveis (ver também BARTOLINI, 2002). No último, prevalecerão considerações de formação e manutenção de coalizões. Em um, as animosidades podem ser altamente valorizadas; no outro, valorizadas podem ser as amizades. Isso sugere também outro tipo de diferença: os partidos, em diferentes arenas, são funcionalmente diferentes. Na arena eleitoral, todos os partidos, como os Estados no sistema internacional (WALTZ, 1979), têm uma única função/objetivo: maximizar a capacidade de sobrevivência (diferenças entre partidos são determinadas por suas diferentes capacidades). Essa característica torna o sistema partidário eleitoral bastante fechado, pelo menos de um ponto de vista analítico, na medida em que sua operação é regularmente bastante isolada de outros (sub) sistemas. Há, naturalmente, algumas exceções, tendo em vista que, dependendo da legislação eleitoral, considerações relativas à formação de coalizões podem entrar insidiosamente no desenvolvimento de estratégias eleitorais (p. ex.,

GREEN-PEDERSEN, 2001). Entretanto, podemos razoavelmente afirmar que é somente após alcançar o objetivo principal da sobrevivência que os partidos começarão a buscar outros objetivos ditados pelas diferentes lógicas competitivas (p. ex., no sistema alemão, favorecer com votos de apoio [*second votes*] a sobrevivência de um fraco parceiro potencial em uma coalizão ou, no sistema irlandês, estimular um sistema mútuo de transferência para votos de preferência mais baixa⁵). Além disso, mesmo partidos anti-sistema, na medida em que competem, são parte do sistema na arena eleitoral, ainda que possam ser excluídos, ou excluir-se, no interior da arena parlamentar.

É também importante observar que as funções na arena parlamentar, além de serem diferentes das relativas à arena eleitoral, não são as mesmas para todos os partidos, uma vez que dependerão de os partidos envolvidos serem parte da coalizão governamental ou de uma oposição mais ou menos responsável. Isso, naturalmente, também torna o sistema parlamentar mais aberto. Em certas situações extremas, especialmente em sistemas não puramente parlamentares, ou caracterizados pela presença de partidos altamente segmentados em facções, a arena governamental (que, na maioria dos casos, e até agora em nossa análise, é subsumida na parlamentar) pode produzir uma terceira divisão funcional e seu próprio sistema partidário correspondente. Nos sistemas não-parlamentares em particular, as lógicas de formação de coalizões e de sobrevivência podem diferir significativamente entre a arena legislativa e a governamental, um padrão que é claramente observável tanto nos Estados Unidos quanto na França – mesmo em períodos de governo não-dividido ou de não-coabitação. Em sistemas políticos caracterizados por partidos muito fracionados em facções, estas podem se comportar como atores unitários participando de uma coalizão governamental; mas é também possível que algumas das facções, especialmente as sub-representadas no gabinete ou eventualmente interessadas nas vantagens potenciais de crises governamentais, possam atuar como unidades separadas no parlamento (ver também ANDEWEG e NIJZINK, 1996).

Divisões e coerência

A presença dessas várias divisões poderia levar-nos a concluir que é quase impossível falar de qualquer sistema político dado como caracterizado por

⁵ Esses exemplos sugerem também a relevância de fatores externos (como a legislação eleitoral) para obscurecer ou realçar as distinções entre as diferentes arenas.

um sistema partidário único ou exclusivo. Em sentido contrário, entretanto, também é claro que nem todas essas divisões estão necessariamente presentes em todos os sistemas políticos. Isso é particularmente verdadeiro quanto às divisões verticais, e mesmo às horizontais, que são obviamente relevantes apenas para determinados sistemas políticos específicos. Muitos outros são caracterizados por um suficiente grau de homogeneidade em suas estruturas de clivagem e seus órgãos administrativos, de modo a nos permitir traçar um padrão mais ou menos similar de interações partidárias através do sistema político como um todo. As divisões funcionais, por outro lado, pelo menos teoricamente são potencialmente relevantes para todos os sistemas, e é nesse aspecto que pareceria mais apropriada uma ênfase na pluralidade de interações partidárias. Mesmo nesse caso, contudo, precisamos enfatizar também que os sistemas criados por tais divisões não precisam ser inteiramente separados, posto que o grau efetivo de disjunção dependerá em grande medida da relativa abertura do sistema específico de cada arena.

Assim, por exemplo, é provável que haja uma separação muito mais pronunciada entre o sistema partidário eleitoral, por um lado, e os sistemas parlamentar e governamental, por outro, do que entre os próprios sistemas parlamentar e governamental. Além disso, os três sistemas específicos das arenas podem ser também pensados como contribuindo para a constituição de um único, embora complexo e multidimensional, sistema partidário no nível do sistema político como um todo (ver também DESCHOUWER, 2003). Com efeito, conquanto seja analiticamente útil considerar sistemas específicos às arenas como em grande medida separados uns dos outros, isso pode também implicar mais propriamente uma visão estática do sistema partidário. Uma perspectiva mais útil e dinâmica pode derivar-se do reconhecimento de que a importância relativa dos sistemas partidários específicos às diferentes arenas varia sequencialmente com as várias fases do processo político (eleições, formação de coalizões, governo). Também é evidente que as diferentes “faces” dos partidos como organizações se mostrarão mais relevantes nos sistemas partidários específicos das diferentes arenas – por exemplo, a base partidária e sua organização eleitoral são mais relevantes no sistema partidário eleitoral, ao passo que o partido ocupando cargos públicos é mais relevante no interior do sistema partidário legislativo (KATZ e MAIR, 1993) – e, se consideramos essas diferentes faces dos partidos como unidades separadas, cada um dos sistemas partidários específicos das

diferentes arenas se torna mais ou menos fechado. Diferentes sequências e, por conseguinte, diferentes sistemas partidários específicos por arena poderiam, portanto, ser vistos como contribuindo, em diferentes graus de importância, para dar forma a um sistema partidário no nível do sistema político como um todo.

Nos anos recentes, podem ser observadas várias ilustrações dessas interações, as quais servem também para sublinhar a utilidade de nossa abordagem. Em Flandres, por exemplo, é difícil entender a manutenção do *cordon sanitaire* organizado contra o *Vlaams Belang* (anteriormente, *Vlaams Blok*), em Antuérpia, sem prestar atenção a suas implicações para a competição partidária na região flamenga de modo mais geral. Os partidos de centro-direita em Antuérpia poderiam ter muitos incentivos para romper o *cordon sanitaire* no plano local e forjar bem-sucedidas alianças de governo com o *Vlaams Belang*, mas na prática não podem fazê-lo por temor de ser punidos por seus potenciais parceiros em outras arenas nas quais também têm ambições ao governo. No caso alemão, independentemente das estratégias políticas dos partidos, as dinâmicas dos sistemas partidários estaduais [*Länder-level party system*] podem ter um impacto decisivo no plano federal, particularmente quando afetam a Câmara Alta. Assim, por exemplo, foi a perda do governo nos estados federados e, conseqüentemente, a perda de votos no *Bundesrat** que veio a contribuir para a renúncia da coalizão vermelho-verde do Chanceler Schroeder em 2005 (POGUNTKE, 2006, p. 1110). Neste caso, portanto, foram as ligações institucionais entre as arenas que se mostraram decisivas. Em Flandres, por contraste, as ligações são estritamente políticas. Desenvolvimentos recentes na França também oferecem um exemplo interessante, que sublinha a importância das interações entre arenas funcionalmente diferenciadas situadas no mesmo plano do sistema político global. Nesse caso, as conhecidas diferenças entre os sistemas partidários nas arenas presidencial e legislativa foram evidenciadas pelo relativo sucesso da candidatura Bayrou no primeiro turno das eleições presidenciais de 2007 e sua subsequente apresentação de candidatos nas eleições legislativas imediatamente seguintes. Conquanto esse desenvolvimento possa não ser duradouro, seu efeito de curto prazo foi certamente o de romper o padrão de competição e negociação na arena eleitoral legislativa.

* Câmara Alta ou, literalmente, Conselho Federal (NT).

Conclusões

O propósito principal deste artigo foi chamar a atenção para o que a noção de sistema partidário acarreta, e mostrar como diferentes arenas no interior de qualquer sistema político dado podem ser caracterizadas por diferentes conjuntos de interações padronizadas entre partidos e, conseqüentemente, por diferentes sistemas partidários. Embora as evidências para isso tivessem que ser cuidadosamente ordenadas, poderíamos sugerir também que a incongruência entre diferentes sistemas partidários no interior de qualquer sistema político dado está se tornando mais pronunciada com o tempo. É possível supor que dois fatores sejam importantes a esse respeito. A primeira e mais óbvia razão para o provável aumento da incongruência é o crescente peso dos múltiplos níveis de governo, o que levou a um aumento no número e tipo de arenas diferenciadas nas quais os partidos interagem. A descentralização dos sistemas políticos, particularmente na Europa, e a acentuada democratização das instituições descentralizadas são relevantes neste caso, da mesma forma que o é a emergência de um nível europeu de competição eleitoral e de formação de coalizões (legislativas). Um segundo fator que provavelmente contribuiu para a incongruência é o caráter cambiante dos próprios partidos, assim como o desenvolvimento de modos de organização partidária em diferentes camadas de poder [*stratarchic*] – ou, pelo menos, de modos de organização menos hierarquizados. No auge dos partidos de massa, quando estes eram rigidamente organizados e centralmente controlados – embora também pudessem estar sujeitos a controle democrático –, as estratégias partidárias tenderam a ser dirigidas a partir de cima, esperando-se que as políticas e interações no plano local refletissem e mesmo exemplificassem as estratégias e interações decididas no plano nacional. Nesse sentido, apesar da existência de diferentes arenas, os diversos sistemas partidários em quaisquer sistemas políticos tendiam a ser similares uns aos outros. Entretanto, com o declínio do modelo do partido de massa e tendo os organismos partidários locais, regionais, e mesmo supranacionais, começado a afirmar sua autonomia em relação ao controle de um diretório central, é provável que a uniformidade tenha se tornado menos desejável e de mais difícil imposição. A combinação desses dois fatores sugere o desenvolvimento de um sistema político mais diferenciado, no qual os partidos em suas diferentes arenas são agora menos constrangidos na escolha de suas estratégias e na determinação de sua forma de interagir com outros partidos nessas arenas.

Nosso ponto de vista é o de que um entendimento adequado dos parâmetros dos sistemas partidários requer uma avaliação mais abrangente das diferentes arenas – distinguidas vertical, horizontal e funcionalmente – nas quais os partidos interagem. Na medida em que os próprios partidos se tornam organizacionalmente menos coerentes, suas relações recíprocas podem se mostrar muito distintos em diferentes contextos institucionais e sociais. A forma como os partidos competem entre si em determinado nível do sistema político pode ser muito diferente da maneira pela qual competem em outro nível, e as relações em uma determinada região do país não precisam refletir as que ocorrem em uma área vizinha. Acima de tudo, conhecer a forma como os partidos interagem na arena eleitoral não ajuda necessariamente a compreender como interagem no parlamento, ao passo que o entendimento de como eles se relacionam no legislativo também não é o melhor guia para entender seu comportamento na arena governamental.

Quando examinada mais amplamente, a literatura sobre sistemas partidários, tal como se desenvolveu ao longo do último meio século, pode ser vista como refletindo uma constante mudança no contexto ou ambiente em que se situou o objeto de estudo. O entendimento dos sistemas partidários foi inicialmente conduzido por uma concepção dos partidos como atores sociais, com as interações entre partidos sendo vistas como derivando dos padrões existentes no interior da sociedade mais ampla. Como disse Lipset (1960, p. 220) em uma formulação bem conhecida, “em toda democracia moderna, o conflito entre os diferentes grupos se expressa através de partidos políticos que basicamente representam uma ‘versão democrática da luta de classes’”. Em uma geração acadêmica posterior, talvez mais claramente refletida por Dahl (1966) e Sartori (1976), a probabilidade maior é que os sistemas partidários fossem avaliados por meio do prisma do parlamento, com as interações no interior do legislativo sendo vistas como decisivas para determinar o caráter dos próprios sistemas. Por contraste, em estudos mais recentes, também baseados em percepções adquiridas com a substancial literatura sobre formação de coalizões, a atenção muitas vezes se centrou mais explicitamente sobre as interações no interior da arena governamental (BLONDEL e COTTA, 1996; LAVER e SHEPSLE, 1996; MÜLLER e STRØM, 2000), com estas sendo vistas como decisivas não somente para o entendimento da dinâmica do sistema partidário, mas também para o entendimento dos partidos eles mesmos. Mas, conquanto cada uma dessas

abordagens tenha contribuído bastante para a compreensão dos sistemas partidários, só pela integração dos três contextos em uma teoria unificada é que se poderá alcançar um entendimento adequado dos parâmetros dos sistemas partidários.

Referências bibliográficas

- ALMOND, Gabriel A. 1956. "Comparative political systems". *Journal of Politics*, n. 18, p. 391-409.
- ANDEWEG, Rudy B. & NIJZINK, Lia. 1995. "Beyond the two-body image: relations between ministers and MPs". In: DÖRING, Herbert (ed.). *Parliaments and majority rule in Western Europe*. New York: St. Martin's Press.
- BARDI, Luciano. 1996. "Change in the Italian party system". *Res Publica*, n. 38, p. 279-294.
- _____. 2002. "Italian parties: change and functionality". In: WEBB, Paul; FARRELL, David & HOLLIDAY, Ian (eds.). *Political parties in advanced industrial democracies*. Oxford: Oxford University Press.
- BARTOLINI, Stefano. 2002. "Electoral and party competition: analytical Dimensions and Empirical Problems". In: GUNTHER, Richard; RAMÓN MONTERO, José & LINZ, Juan J. (eds.). *Political parties: old concepts and new challenges*. Oxford: Oxford University Press.
- BLONDEL, Jean. 1968. "Party systems and patterns of government in Western democracies". *Canadian Journal of Political Science*, n. 1, p. 180-203.
- BLONDEL, Jean & COTTA, Maurizio (eds.). 1996. *Party and government*. Basingstoke: Macmillan.
- BUDGE, Ian; KLINGEMANN, Hans-Dieter; VOLKENS, Andrea; BARA, Judith & TANENBAUM, Eric. 2001. *Mapping policy preferences: estimates for parties, electors, and governments 1945-1998*. Oxford: Oxford University Press.
- CASAS-ZAMORA, Kevin. 2005. *Paying for democracy: political finance and state funding for parties*. Colchester: ECPR Press.
- DAALDER, Hans. 1983. "The comparative study of European parties and party systems: an overview". In: DAALDER, Hans & MAIR, Peter (eds.). *Western European party systems: continuity and change*. London: Sage.
- DAHL, Robert A. 1966. "Patterns of opposition". In: DAHL, Robert A. (ed.). *Political oppositions in western democracies*. New Haven, Yale University Press.

- DALTON, Russell J. & WATTENBERG, Martin (eds.). 2000. *Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies*. Oxford: Oxford University Press.
- DESCHOUWER, Kris. 2003. "Political parties in multi-layered systems". *European Urban and Regional Studies*, n. 10, p. 213-226.
- _____. 2004. "Political parties and their reactions to the erosion of voter loyalty in Belgium". In: MAIR, Peter; MÜLLER, Wolfgang C. & PLASSER, Fritz (eds.). *Political parties and electoral change*. London: Sage.
- DIAMOND, Larry & GUNTHER, Richard (eds.). 2001. *Political parties and democracy*. Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- DUVERGER, Maurice. 1954. *Political parties: their organization and activities in the modern state*. London: Methuen.
- ECKSTEIN, Harry. 1968. "Parties, political: party systems". *International Encyclopedia of the Social Sciences*. New York: Crowell, Collier & Macmillan, vol. 11.
- GREEN-PEDERSEN, Christoffer. 2001. "Welfare State retrenchment in Denmark and the Netherlands, 1982-1998: the role of party competition and party consensus". *Comparative Political Studies*, n. 34, p. 963-985.
- GRZYMALA-BUSSE, Anna. 2002. *Redeeming the communist past*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GUNTHER, Richard; RAMÓN MONTERO, José & LINZ, Juan J. (eds.). 2002. *Political parties: old concepts and new challenges*. Oxford: Oxford University Press.
- HINE, David. 1993. *Governing Italy: the politics of bargained pluralism*. Oxford: Oxford University Press.
- JUPP, James. 1968. *Political parties*. London: Routledge & Kegan Paul.
- KATZ, Richard S. & MAIR, Peter. 1993. "The evolution of party organizations in Europe: three faces of party organization". *American Review of Politics*, n. 14, p. 593-617.
- KATZ, Richard S. & CROTTY, William J. (eds.). 2006. *Handbook on political parties*. London: Sage.
- LaPALOMBARA, Joseph & WEINER, Myron. 1966. "The origin and development of political parties". In: LaPALOMBARA, Joseph & WEINER, Myron (eds.). *Political parties and political development*. Princeton, Princeton University Press.
- LAVIER, Michael. 1975. "Strategic campaign behaviour for electors and par-

- ties: the Northern Ireland assembly election of 1973". *European Journal of Political Research*, n. 3, p. 21-45.
- _____. 1989. "Party competition and party system change". *Journal of Theoretical Politics*, n. 1, p. 301-324.
- _____ & SHEPSON, Kenneth. 1996. *Making and breaking governments: cabinets and legislatures in parliamentary democracies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LIJPHART, Arend. 1968. "Typologies of democratic systems". *Comparative Political Studies*, n. 1, p. 3-44.
- _____. 1999. *Patterns of democracy*. New Haven, Yale University Press.
- LIPSET, Seymour M. 1960. *Political man: the social bases of politics*. Garden City, NY: Doubleday.
- LORWIN, Val. 1971. "Segmented pluralism, ideological cleavage and political behavior in the smaller European democracies". *Comparative Politics*, n. 3, p. 141-175.
- LUTHER, Kurt Richard. 1989. "Dimensions of party system change: the case of Austria". *West European Politics*, v. 12, n. 4, p. 3-27.
- _____ & MÜLLER-ROMMEL, Ferdinand (eds.). 2002. *Political parties in a changing Europe: political and analytical challenges*. Oxford: Oxford University Press.
- MACRIDIS, Roy C. 1967. "Introduction". In: MACRIDIS, Roy C. (ed.). *Political parties: contemporary trends and ideas*. New York: Harper & Row.
- MAINWARING, Scott & SCULLY, Timothy R. (eds.). 1995. *Building democratic institutions: party systems in Latin America*. Stanford, Stanford University Press.
- MAIR, Peter. 1996. "Party systems and structures of competition". In: LEDUC, Larry; NEMI, Richard G. & NORRIS, Pippa (eds.). *Comparing democracies*. London: Sage.
- _____. 1997. *Party system change: approaches and interpretations*. Oxford: Clarendon Press.
- _____. 2006. "Party system change". In: KATZ, Richard S. & CROTTY, William (eds.). *Handbook on political parties*. London: Sage.
- MARKS, Gary & STEENBERGEN, Marco (eds.). 2004. *European integration and political conflict*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MORLINO, Leonardo. 1998. *Democracy between consolidation and crisis:*

- parties, groups and citizens in Southern Europe. Oxford: Oxford University Press.
- MÜLLER, Wolfgang & STRØM, Kaare (eds.). 2000. *Coalition governments in Western Europe*. Oxford: Oxford University Press.
- POGUNTKE, Thomas. 2006. "Germany". *European Journal of Political Research*, n. 45, p. 1.110-1.116.
- REIF, Karlheinz & SCHMITT, Hermann. 1980. "Nine second-order national elections: a conceptual framework for the analysis of European election results". *European Journal of Political Research*, n. 8, p. 3-44.
- ROKKAN, Stein. 1968. "The structuring of mass politics in the smaller European democracies". *Comparative Studies in Society and History*, n. 10, p. 173-210.
- _____. 1970. *Citizens, elections, parties*. Oslo: Universitetsforlaget.
- ROSE, Richard. 1971. *Governing without consensus*. London: Faber.
- SACHSENRODER, Wolfgang & FRINGS, Ulrike (eds.). 1998. *Political party systems and democratic development in East and Southeast Asia*. Aldershot: Ashgate and Friedrich Naumann Stiftung.
- SALIH, M. A. Mohamed (ed.). 2003. *African political parties: evolution, institutionalisation and governance*. London: Pluto.
- SARTORI, Giovanni. 1966. "European political parties: the case of polarized pluralism". In: LaPALOMBARA, Joseph & WEINER, Myron (eds.). *Political parties and political development*. Princeton, Princeton University Press.
- _____. 1970. "The typology of party systems: proposals for improvement". In: ALLARDT, Erik & ROKKAN, Stein (eds.). *Mass politics: studies in political sociology*. New York: Free Press.
- _____. 1976. *Parties and party systems: a framework for analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SCARROW, Susan. 1996. *Parties and their members: organizing for victory in Britain and Germany*. Oxford: Oxford University Press.
- SMITH, Gordon. 1966. "What is a party system?". *Parliamentary Affairs*, n. 19, p. 351-362.
- _____. 1979. "Western European party systems: on the trail of a typology". *West European Politics*, n. 2, p. 128-142.
- SZCZERBIAK, Aleks. 2001. "Polish public opinion: explaining declining

- support for EU membership”. *Journal of Common Market Studies*, n. 39, p. 105-122.
- TOOLE, James. 2000. “Government formation and party system stabilization in East Central Europe”. *Party Politics*, n. 6, p. 441-461.
- WALTZ, Kenneth. 1979. *The theory of international politics*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- WEBB, Paul; FARRELL, David & HOLLIDAY, Ian (eds.). 2002. *Political parties in advanced industrial democracies*. Oxford: Oxford University Press.
- WIATR, Jerzy J. 1990. “Typologies based on political parties”. In: BEBLER, Anton & SEROKA, Jim (eds.). *Contemporary political systems: classifications and typologies*. Boulder, Lynne Rienner.
- WOLINETZ, Steven. 2006. “Party systems and party system types”. In: KATZ, Richard S. & CROTTY, William (eds.). *Handbook on political parties*. London: Sage.

Resumo

Apesar do ceticismo que envolve, cada vez mais, seu papel e importância [*standing*] nas democracias contemporâneas, o interesse acadêmico pelos partidos políticos continua inabalado. Mas este interesse também está se mostrando desigual, com relativamente pouca atenção dedicada atualmente ao estudo dos sistemas partidários. Mais especificamente, o nível de interesse teórico pelos sistemas partidários permanece limitado, quase sem inovações substanciais desde a publicação da obra clássica de Sartori, em 1976. Neste artigo, procuramos reparar em parte essa negligência, identificando os parâmetros relevantes que podem ser utilizados na definição de um sistema partidário e, possivelmente, na explicação da mudança nesse sistema. Por conseguinte, examinamos as características mínimas definidoras de um sistema de partidos (por oposição a um conjunto de partidos), para depois, finalmente, argumentar que sistemas partidários são mais bem entendidos como fenômenos multidimensionais, nos quais identificamos e discutimos as implicações de três tipos de divisão – vertical, horizontal e funcional.

Palavras-chave: arena eleitoral; arena governamental; arena parlamentar; sistemas partidários.

Abstract

Despite the scepticism that increasingly surrounds their role and standing in contemporary democracies, scholarly interest in political parties continues unabated. But this interest is also proving uneven, with relatively little attention now being given to the study of party systems. More specifically, the level of theoretical interest in party systems remains limited,

with almost no substantial innovations being made since the publication of Sartori's classic work of 1976. In this article, we seek to redress some of this neglect by identifying the relevant parameters that can be used in the definition of party systems and, possibly, in the explanation of party system change. We then go on to look at the minimum defining characteristics of a system of parties (as opposed to a set of parties) before finally arguing that party systems are best understood as multidimensional phenomena in which we identify and discuss the implications of three types of division – vertical, horizontal and functional.

Key words: electoral arena; governmental arena; parliamentary arena; party systems.